

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio Econômico  
Departamento de Ciências Econômicas

**PAULO VICTOR CAETANO FUGANTI**

A ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO DE 1995 ATÉ 2010.

Florianópolis  
2015

**PAULO VICTOR CAETANO FUGANTI**

A ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO DE 1995 ATÉ 2010.

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof.(a): Patrícia F. Arienti

**Florianópolis**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,5 ao aluno Paulo Victor Caetano Fuganti na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
Profa. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

-----  
Prof. Avelino Balbino da Silva Neto

-----  
Prof. Gilson G. Silva Júnior

**Resumo**

A abertura econômica promovida pelo Brasil a partir da década 1990 provocou mudanças no mercado interno, no desenvolvimento do país e também no comércio exterior, que teve sua importância aumentada no decorrer da década e principalmente na década de 2000. Neste trabalho serão abordados ainda as variações nas taxas de juros e de câmbio e como estas influenciaram as variáveis de trocas comerciais brasileiras com o resto do mundo, importação, exportação e saldo comercial. Será ainda destacado o comportamento das exportações para os principais parceiros comerciais brasileiros e a qualidade das exportações para cada um deles.

**Palavras Chave:** Exportação; Importação; Abertura Comercial; Plano Real.

## **Abstract**

The economy openness promoted by the Brazilian Government through the 90s made important changes in the internal Market with the stabilization of the economy, in the development of the country and also in the foreign trades that had his importance increased after the country inserted itself in the world Market. In this paper there will be an analysis of the variation of the Brazilian interest and exchange rates and how these variables influenced on the imports and exports of the country throughout the period under analysis. It will also be analyzed the behavior of the main commercial partners e what kind of products does Brazil export to each one of them.

**Key-words:** Export; Import; Foreign Trade; Commercial Openness; Plano Real.

## Lista de Gráficos

Gráfico 1- Conta capital e financeira - saldo - 1995-2010 .....	19
Gráfico 2: Reservas Internacionais.....	23
Gráfico 3 - Evolução da cotação do Dólar em Reais.....	25
Gráfico 4: Evolução da Taxa Selic - Valores Mensais 1995 - 2010.....	26
Gráfico 5: Operações de Crédito ao setor Privado .....	27
Gráfico 6: Comércio Exterior 2003-2010.....	28
Gráfico 7: Exportações Totais Brasileiras 1994-2010.....	32
Gráfico 8: Importações totais Brasileiras 1994-2010 .....	32
Gráfico 9: Saldo Balança Comercial Brasileira 1994-2010 .....	34

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Comércio Exterior: Brasil x Resto do mundo .....	21
Tabela 2: Trocas Internacionais Brasileiras 1994-2010 .....	31
Tabela 3: Exportações União Européia 1995-2010 .....	34
Tabela 4: Trocas União Européia .....	36
Tabela 5: Exportações EUA 1995-2010 .....	37
Tabela 6: Trocas Comerciais EUA - 1995-2010 .....	37
Tabela 7: Trocas Mercosul 1995-2010 .....	39
Tabela 8 - Exportações Mercosul 1995-2010 .....	39
Tabela 9: Trocas China 1995-2010 .....	40
Tabela 10: Exportações China 1995-2010 .....	41

## SUMÁRIO

1 Introdução.....	3
1.1 Tema e Problema de Pesquisa .....	3
1.2 Objetivos.....	3
1.2.1 Objetivo Geral .....	3
1.2.2. Objetivos Específicos .....	4
1.3. Justificativa.....	4
1.4. Metodologia.....	5
2. Referencial Histórico.....	6
2.1. Consenso de Washington .....	6
2.2. Abertura Comercial .....	18
2.3. FHC (1995-2002) .....	22
2.4. Lula (2003-2010).....	25
3. Comportamento da Balança Comercial.....	31
3.1. União Europeia .....	34
3.2. EUA.....	36
3.3. MERCOSUL .....	38
3.4. China.....	40
4. Conclusão .....	43
Referencias .....	44





## **1. Introdução**

### **1.1 Tema e Problema de Pesquisa**

A partir do ano de 1990, com a eleição para presidente de Fernando Collor, inicia-se um processo de inserção da economia brasileira no cenário internacional através da liberalização da economia, seguindo os preceitos do Consenso de Washington, com cortes de gastos governamentais e privatizações. Este processo se intensificou após a introdução do Plano Real, apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Em 1995, ao assumir a presidência, FHC deu continuidade ao projeto de cunho neoliberal que buscava abrir a economia brasileira. Ao atrelar a nova moeda ao Dólar, utilizando a ancora cambial, os formuladores do Plano objetivavam além da tão buscada estabilização econômica, permitir a entrada de bens estrangeiros no país, provocando uma maior concorrência no mercado interno. Ademais, a redução das barreiras sobre as importações e o câmbio valorizado, permitiriam que as empresas brasileiras pudessem importar máquinas e bens de capital com a finalidade de se tornar mais eficientes e competitivas.

Estas reformas tiveram um grande impacto no comportamento do comércio exterior brasileiro ao longo dos anos dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), incluindo no período uma mudança no regime de câmbio, surgimento de novos parceiros comerciais e redirecionamento da pauta das exportações.

Busca-se portanto com este trabalho, identificar e analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro nos anos de 1995 a 2010 no que se refere a resultados da balança comercial, comportamento do comércio com os principais parceiros comerciais e mudanças na pauta de exportação brasileira.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Este trabalho tem como objetivo analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro no período de 1995 a 2010 e identificar as mudanças que ocorreram ao longo dos governos FHC e Lula.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

- Apresentar as medidas neoliberais que foram seguidas pelos formuladores do Plano Real e como estas impactaram a economia.
- Apresentar um panorama histórico do processo de abertura econômica brasileira.
- Analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro, identificando as mudanças na pauta das exportações e dos parceiros comerciais.

### **1.3. Justificativa**

Com as reformas promovidas na economia brasileira no início da década de 1990 o Brasil procurou se inserir na nova ordem mundial, de livre circulação de mercadorias e recursos, através de medidas neoliberais implementadas por Fernando Collor de Mello e posteriormente por Fernando Henrique Cardoso, com a utilização do Plano Real.

O Plano Real tinha como objetivo principal a estabilização da economia brasileira. A estabilidade econômica adquirida após a implantação do plano resultou num crescimento da economia brasileira, e num aumento do comércio exterior brasileiro.

O presente trabalho se torna significativo para identificar quais foram as mudanças que ocorreram na economia brasileira no que se refere a abertura comercial do país e no comportamento dos principais parceiros comerciais brasileiros, possibilitando a identificação do destino das exportações e da pauta de cada um dos parceiros.

#### 1.4. Metodologia

Primeiramente será realizado um levantamento bibliográfico a respeito do tema. Serão pesquisadas fontes secundárias de informação, disponíveis para o acesso em ambientes online, livros e trabalhos de pesquisa relacionados, relatórios governamentais e indicadores oficiais apresentados ao grande público. Serão coletados ainda dados a respeito do comércio exterior brasileiro, dados dos principais parceiros comerciais do país e suas respectivas pautas de exportação, identificando a qualidade das exportações brasileiras de acordo com o seu destino.

A pesquisa bibliográfica objetiva explicar um problema com base em contribuições teóricas publicadas em documentos (livros, revistas, jornais, etc.) e não por intermédio de relatos de pessoas ou experimentos. Pode ser realizada de forma independente ou estar inserida nos demais tipos de pesquisa. (MARION, 2002; p. 62)

A coleta de informações adicionais será realizada ao passo que o autor for avançando nos capítulos da obra, de acordo com as necessidades que o trabalho venha apresentar.

Será feita uma abordagem descritiva, segundo Marion (2002) pesquisa descritiva objetiva descrever as características de um determinado fenômeno, através da correlação de fatos ou variáveis sem, no entanto, manipulá-los.

Na área da Administração, Ciências Contábeis e Economia, as pesquisas tendem a ser do tipo não experimental, ou seja, aquela em que o pesquisador observa, registra, descreve, analisa e correlaciona os fatos sem, no entanto, manipular diretamente as variáveis, inferindo na realidade. (MARION, 2002; p. 61)

No primeiro capítulo estarão presentes os elementos introdutórios do trabalho: tema da pesquisa, objetivos, justificativa e a metodologia. No segundo capítulo será abordado o contexto histórico-econômico do Brasil a partir da abertura comercial iniciada por Fernando Collor e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso. Serão abordados ainda os meios de inserção do país no cenário internacional nos governos FHC e Lula.

Serão coletados dados do comércio exterior brasileiro a partir do ano de 1995 até o ano de 2010, período que este trabalho pretende analisar as variáveis de

exportação, importação e comportamento da balança comercial. Por fim estes dados serão analisados partindo dos principais parceiros comerciais brasileiros e qual a pauta de exportação para cada um deles no período.

## **2. Referencial Histórico**

Este capítulo será dividido em quatro seções. Na primeira será abordado o Consenso de Washington e suas recomendações para os países em desenvolvimento. Na segunda seção será apresentada brevemente como se deu o início do processo de abertura comercial da economia brasileira. Nas duas últimas seções do capítulo serão abordadas as políticas comerciais internacionais nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

### **2.1. Consenso de Washington**

Nesta seção será apresentado o Consenso de Washington, como ele foi concebido, através de que mecanismos ele era colocado em prática e quais eram as medidas que ele sugeria para a economia.

Nas décadas de 1960 e 1970, os países em desenvolvimento utilizaram políticas protecionistas para buscar o desenvolvimento de suas economias. Este protecionismo era necessário, pois as indústrias locais ainda eram muito novas, e não possuíam conhecimento técnico e muito menos recursos financeiros para competir com multinacionais sólidas e estruturadas. Assim os governos em questão, como o brasileiro, faziam uso de uma estratégia de Substituição de Importações, impondo aos produtos estrangeiros altas tarifas e barreiras comerciais, impedindo assim que eles entrassem no mercado e competissem com a produção local, em geral de menor qualidade e com um preço pouco competitivo.

No Brasil, estas barreiras comerciais tinham como objetivo ajudar as empresas nacionais a amadurecer, suprir a demanda local e ainda gerar empregos e receitas para o país. Com o crescimento e desenvolvimento, gradualmente estas barreiras seriam levantadas e o país se inseriria na economia mundial. Porém não foi bem isto que aconteceu.

Os governos dos países em desenvolvimento possuíam ainda um papel central na economia de seus países. Com recursos oriundos de empréstimos no exterior, eles realizavam obras de infraestrutura, possuíam monopólios em determinadas áreas do mercado (supriam a falta de demanda do setor privado) procurando além de, dar condições para o crescimento do país, direcionar o seu crescimento através do aumento dos gastos do governo, injetando dinheiro na economia.

No Brasil, esta época remete a um período em que o país estava sob o comando da ditadura militar (1964-1985) e foi uma época das grandes obras de infraestrutura do país: construção de estradas, como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói, também foram construídas usinas geradoras de energia como as Hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí e as Termo Nucleares Angra 1, 2 e 3. Para financiar estes grandes projetos, o Brasil contraiu grandes empréstimos, elevando seu grau de endividamento.

Em 1971, contudo, o governo americano, unilateralmente, abandona o padrão-ouro acordado em Bretton-Woods. A saber: no final da segunda guerra mundial, em 1945, os EUA possuíam cerca de 70% de todas as reservas de ouro no mercado o que representaria um valor de aproximadamente US\$ 24 bilhões, tornando impraticável que outros países lastreassem suas moedas com ouro, até por que a maioria dos países europeus ainda sentia os efeitos destrutivos da guerra. Assim, foi assinado o Acordo de Bretton Woods, o que basicamente tornava o dólar como o novo padrão mundial, lastreado pelas reservas de ouro americano, a uma taxa de conversibilidade fixa em que 1 onça de ouro equivaleria a 35 dólares. As demais moedas seriam lastreadas pelo dólar e, assim, os outros países teriam ter suas reservas na moeda americana.

Durante os primeiros anos, o sistema funcionou bem, com os países aliados interessados em utilizar os dólares americanos, principalmente para a reconstrução de seus países. Contudo com o passar dos anos, as reservas dos EUA foram diminuindo gradativamente até chegar em 1968 com apenas metade do montante inicial, cerca de 12 bilhões de dólares, o que equivaleria a mais ou menos 5% do valor corrente da moeda americana. Isto se deve ao fato de os Estados Unidos necessitarem financiar seus débitos da balança de pagamentos com suas reservas de ouro. Assim os norte-americanos procuraram maneiras de evitar ainda mais a redução de suas reservas, realizando o controle de capitais, dentre outras medidas. As medidas adotadas, contudo, não foram suficientes para equilibrar o seu balanço de pagamentos, uma vez que, além

de um grande déficit comercial, os EUA ainda estavam envolvidos na Guerra do Vietnam e realizando altos gastos com sua defesa. Assim em 1971 o então presidente Richard Nixon abandona, unilateralmente, o sistema padrão-ouro, principal pilar do acordo de Bretton Woods. A partir de então o valor do dólar seria medido pelo mercado, sendo a oferta de dólares no sistema econômico internacional condicionada pela política monetária dos Estados Unidos.

No final da década de 1970, os EUA estavam diante de uma situação de estagflação, com elevados níveis de desemprego e de inflação. A estratégia adotada pelo então Presidente do Federal Reserve Bank (FED) foi uma política contracionista: elevação da taxa de juros. Com isto o governo resolveu o problema da inflação, levando, no entanto, o país a uma recessão. No entanto, quando uma economia das dimensões dos EUA entra em recessão, há reflexos para o resto do mundo: com a elevação da taxa de juros, a moeda americana se valoriza; com o esfriamento da economia há uma redução na demanda internacional por commodities o que leva seus preços a despencarem. Para os países em desenvolvimento, essa mudança no contexto interno implicou nas seguintes consequências: desvalorização de suas moedas nacionais, diminuição dos recursos provenientes de exportações (uma vez que a maioria destes países depende da exportação de commodities) e o aumento no custo do crédito externo (pois os empréstimos internacionais haviam sido feitos a partir de taxas de juros flutuantes de juros a pagar em dólar).

Os países do Terceiro Mundo aparecem como os novos grandes tomadores de empréstimos. Diferentemente dos anos 50 e 60, em que dois terços dos empréstimos provinham de organismos oficiais, no início dos anos 70, os governos desses países passam a receber o assédio constante dos banqueiros internacionais, preocupados com a colocação da enorme massa de dinheiro que circula no mercado financeiro. Partindo da ideia de que, diferentemente das empresas, os países não podem falir, estabelece-se uma aliança implícita entre governos com dificuldades no balanço de pagamentos e problemas de acesso aos programas de ajuda multilateral, e bancos com excesso de liquidez. Ayerbe (p156, 2002)

Segundo AYERBE (2002) havia a crença de que os governos não poderiam quebrar. Caso estivessem em situações delicadas estes poderiam criar novas receitas através de novos impostos e honrar seus pagamentos. Contudo, devido à situação exposta acima, em 1982, México e Argentina declaram que não tinham condições de honrar o pagamento de suas dívidas e, ao final de 1984, mais de 40 países, incluindo o

Brasil, precisaram renegociar suas dívidas. A solução encontrada foi a de realizar a reestruturação das dívidas, disponibilizando novos empréstimos para os países honrarem seus pagamentos. Além disto, a partir deste momento os novos empréstimos deveriam ser feitos com a chancela do FMI, que passa a ter um caráter avaliativo aos empréstimos, funcionando como uma espécie de selo de garantia. Mais tarde, a instituição desempenharia novamente esse papel para garantir empréstimos a diferentes países, exigindo, como contrapartida, que reformas estruturais fossem adotadas pelos países beneficiados pelo empréstimo.

Em novembro de 1989, o Instituto de Economia Internacional convoca, em Washington, um encontro com membros do governo americano, FMI, BIRD e BID, além de economistas latino-americanos com o seguinte tema: “Ajustamento Latino-Americano: o que tem ocorrido?”. O objetivo deste encontro, que possuía formato acadêmico e não deliberativo, era avaliar as reformas econômicas realizadas na América Latina.

O resultado deste encontro foi o diagnóstico para as crises da América Latina, e a elaboração de um “receituário” para recolocar as economias nos trilhos no caminho do desenvolvimento. As conclusões desse encontro, em consonância com o pensamento neoliberal que estava ganhando força à época, afirmavam que a crise latino-americana era decorrente do tamanho do Estado e de sua ineficiência, manifestadas, principalmente, ao longo do processo de substituição de importações que havia dominado essas economias.

(...) de acordo com o enfoque de Washington as causas da crise latino-americana são basicamente duas: (I) o excessivo crescimento do Estado, traduzido no protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e excessivamente numerosas; (II) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto no setor privado como no setor público. Bresser Pereira (1991, p.15).

Assim, o receituário proposto era que os países tivessem uma disciplina Macroeconômica, que buscassem uma maior inserção no mercado internacional, reduzissem as barreiras de entrada para produtos estrangeiros (maior abertura comercial, de forma geral), garantissem liberdade cambial, assim como taxas de juros sem controle do Estado, e uma abertura financeira para atrair recursos financeiros do resto do mundo.



O governo, portanto, não deveria coordenar a economia, mas, sim, atuar de forma a complementar e estimular a concorrência entre os agentes econômicos privados.

Segundo Malan (1991), a defesa dessas reformas estava na ideia de que os países em desenvolvimento deveriam passar por estágios similares e necessários: seu progresso se daria mediante uma sequência lógica de estágios — ou o que se poderia chamar de um padrão de ajustamento necessário pelo qual os países têm de atravessar para retomar o crescimento. Assim, estes estágios seriam alcançados com a adoção das políticas recomendadas de estabilização e ajustamento, que levariam o país à recuperação do crescimento.

Estas medidas não eram obrigações ou imposições, porém elas eram recomendadas pelos EUA, através do FMI, BIRD e BID, e deveriam ser adotadas caso o país desejasse receber auxílio financeiro externo e ter parte de sua dívida externa renegociada. Ou seja, os Estados Unidos condicionavam acordos comerciais, auxílio financeiro e demais medidas sob a condição de que os países “auxiliados” se comprometessem a realizar estas reformas liberais.

"(...) o Consenso de Washington é hoje um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes". Tavares e Fiori (1993, p.108)

Os dez elementos que faziam parte do consenso segundo Williamson (1992):

### **1. Disciplina fiscal.**

Para se obter crescimento econômico era fundamental que a economia estivesse estabilizada, sem a possibilidade de aumentos excessivos de preços ou um cenário de imprevisibilidade, algo que minaria qualquer esforço para estabilizar uma economia. A estabilidade econômica, por sua vez, necessita de certa estabilidade de preços, para que os agentes pudessem se planejar e realizar investimentos, seja na ampliação de sua capacidade produtiva ou, no desenvolvimento de novas técnicas de produção para se tornar mais eficiente. Assim o governo deveria praticar políticas que promovessem esta estabilidade na economia, porém caso o governo apresente déficits em suas contas, ele precisará imprimir mais dinheiro para honrar seus débitos, algo que geraria inflação e

afetaria este equilíbrio proposto acima. Portanto manter a disciplina fiscal através de uma melhor alocação e redução dos gastos governamentais seria algo fundamental.

## **2. Reorientação do gasto público, enfatizando áreas de “alto retorno econômico”.**

Os gastos governamentais deveriam ser redirecionados para áreas em que o retorno econômico potencial seja elevado e que o mercado não ofereceria de forma eficaz, como educação, saúde e infraestrutura. Três pontos que no longo prazo auxiliariam a melhora na qualidade de vida da população e principalmente na distribuição da renda, qualificando indivíduos para sua inserção no mercado de trabalho, trabalhando no planejamento familiar e na redução da pobreza, além de dar condições para que empresas se instalem no país e tenham condições de se desenvolver.

Além disso, ainda seria necessário otimizar as agências estatais, com redução do número do quadro de servidores, reestruturação de salários e planos de carreira e um rearranjo institucional para instituir medidas de controle. O estado deveria ainda, reduzir os gastos com o aparelho estatal, principalmente em áreas que não trariam retorno financeiro ao país, como defesa, subsídios a setores do país e a máquina administrativa, conforme foi destacado acima.

## **3. Reforma fiscal, com ampliação da base tributária.**

A reforma fiscal auxiliaria o governo a melhorar a igualdade horizontalmente, aumentando a base tributária e diminuindo as taxas tributárias marginais. Além disto, o governo deveria trabalhar para simplificar o pagamento de impostos, trazendo para o lado formal da economia diversos negócios informais. Em outras palavras, diminuir o peso da carga tributária, para aumentar a quantidade total gerada.

## **4. Taxa de juros determinada pelo mercado**

O governo deveria estimular a criação e desenvolvimento de um setor bancário independente, e que o mercado determine a taxa de juros ideal, contudo devido à falta de confiança crônica nos países em que estas medidas seriam implementadas, os juros ficariam muito altos e assim causaria uma insolvência nos países, portanto a taxa de juros deveria ser competitiva, real positiva e moderada.

## **5. Taxa de câmbio unificada e fixada de forma competitiva.**

Os países em desenvolvimento eram, em sua maioria, exportadores de commodities: petróleo, minério de ferro e bens primários de baixo valor agregado. Estes países buscavam uma desvalorização de suas moedas para obter um maior ganho com a exportação destas commodities, além de deixar seus produtos mais competitivos em relação ao preço no cenário mundial. Contudo como esta desvalorização acontecia de maneira generalizada, o preço destas commodities também caía o que resultava, no longo prazo, em uma redução do preço geral das commodities e, portanto numa redução da receita obtida pelo país exportador.

Era necessário então encontrar uma taxa de câmbio unificada em um nível satisfatório que permitisse ao exportador se manter competitivo, e que esta taxa seja gerenciada sem que haja sustos ao empresário, ou seja, que esta competitividade seja mantida no longo prazo. Esta taxa deveria ser capaz de impulsionar as exportações ao passo que desestimulava as importações.

Durante os programas de estabilização era defendida ainda a vinculação temporária da moeda a uma ancora externa, o dólar, porém conforme analisado, esta vinculação temporária acabou vindo a ser perene.

## **6. Liberalização do comércio**

Para os formuladores do plano, uma economia fechada ao mercado internacional, protegida pelo governo aloca seus recursos de maneira ineficiente, sendo assim um obstáculo aos interesses do seu próprio povo, não permitindo que haja uma competição no mercado, algo que levaria a preços mais baixos e produtos de maior qualidade.

A abertura comercial deveria ser feita através da redução das alíquotas de importação, permitindo a entrada de produtos estrangeiros na economia e estimulando o intercâmbio comercial, de maneira que, aliado a um cambio competitivo, pudesse também aumentar o volume de exportações e inserir o país no processo de globalização de sua economia.

Este processo de abertura, contudo, levaria a América Latina a uma inserção na economia global através de uma abertura unilateral e rápida de seus mercados, não

levando em conta as particularidades de cada país, seu grau de amadurecimento, suas tecnologias e principalmente as praticas realizadas nos países desenvolvidos quando da abertura de suas economias:

Não esclarece que, ali, a abertura dos mercados se fez com a observância de três princípios básicos: 1. obtenção de contrapartidas equivalentes dos parceiros comerciais; 2. admissão de cláusulas de salvaguarda contra a concorrência desleal ou capaz de desorganizar mercados; e 3. gradualidade na redução das barreiras tarifárias, processo que se estendeu por quatro décadas de sucessivas rodadas multilaterais de negociação no âmbito do GATT (...) (Batista, 1994)

A abertura ainda implicaria numa redução do papel do governo na economia, diminuindo a regulamentação governamental, permitindo que empresas estrangeiras aloquem seus recursos no país e tendo um papel de completar as necessidades do povo.

### **7. Abertura ao investimento externo**

Neste ponto os formuladores destacaram que as restrições que impediam a entrada capital externo e de empresas estrangeiras deveria ser extintas, assim as empresas nacionais competiriam com as estrangeiras em pé de igualdade.

Esta abertura também facilitaria a entrada dos capitais especulativos, que não seriam investidos de fato na produção, mas sim, aproveitariam os altos rendimentos dos juros e levariam seus lucros embora. Segundo Batista (1994) o Consenso parte da premissa que a América Latina era avessa a investimento direto estrangeiro e por conta disso que contraiu empréstimos ao longo do seu desenvolvimento, principalmente nas décadas anteriores a reunião (1960, 1970 e 1980). Contudo os países latino-americanos, e neste caso destaca-se o Brasil, sempre estiveram abertos ao investimento externo, mas quem não tinha interesse nos investimentos era justamente o capital estrangeiro.

A escolha pelo capital de empréstimo deu-se então por uma razão mais de necessidade do que de escolha, sendo utilizado para cobrir os grandes déficits comerciais. Devido a estes empréstimos terem sido realizados a taxas de juros flutuantes, quando a liquidez do mercado diminuiu com a crise do petróleo, muitas destas dividas se tornaram impagáveis, gerando uma situação de insolvência aos países.

Outro ponto de contradição levantado por Batista (1994) é que a abertura ao investimento estrangeiro teria uma função de transferência de tecnologias aos países em

desenvolvimento, o que impulsionaria o amadurecimento das indústrias nacionais, dando condições para que estas postam atuar em uma posição de competição com os atores globais. Contudo, como veremos a seguir, no receituário neoliberalista ainda estava presente o direito a propriedade intelectual, o que desestimularia o investimento direto e a transferência desta tecnologia.

Não se esclarece, na realidade, que os países desenvolvidos preferem exportar bens e não tecnologia ou capitais que proporcionem a outros países a capacidade de produzi-los, ainda que apenas para consumo interno. (BATISTA, 1994).

Ou seja, os países desenvolvidos, querem que o capital estrangeiro seja tratado em igualdade com o nacional, que as barreiras sejam levantadas, que o protecionismo deixe de existir, que suas patentes sejam respeitadas e que o país, embora receba tecnologia, não possa fazer uso desta para produzir os bens e exporta-los.

## **8. Privatizações**

Dando seguimento às políticas de enfraquecimento e diminuição do estado, era recomendado que os países iniciassem um processo de privatização das companhias públicas, de maneira que o estado pudesse focar na totalidade os seus esforços e recursos nos setores que abordados no item 2, “Redirecionamento dos Gastos Públicos”, a saber: saúde, segurança e educação básica e que as empresas após a privatização, teriam uma gestão mais profissional, se tornando mais eficientes e lucrativas, gerando assim receitas ao país através do pagamento de impostos e na geração de empregos.

Isso implicaria também num fim ao monopólio do estado em áreas consideradas estratégicas como o suprimento de energia e das telecomunicações, com empresas públicas defasadas, pouco eficientes e que geravam mais despesa do que receita aos governos. De quebra estas privatizações ainda gerariam novas oportunidades de negócios para o setor privado, uma vez que embora a maioria das empresas estatais fossem deficitárias e pouco eficientes, elas possuíam um grande potencial de crescimento, não necessitando um investimento tão elevado.

As privatizações auxiliariam ainda o governo a obter receitas sem a necessidade aumentar os impostos através dos valores pagos pela venda das empresas, o que auxiliaria o resultado em curto prazo no balanço de pagamentos sem gerar um ônus ao

povo e principalmente ao capital entrante no país. O problema aqui é que muitas das empresas vendidas ao capital privado foram feitas abaixo do seu valor de mercado e muitas vezes financiadas pelos próprios governos.

Batista (1994) destaca que o processo de privatizações na América Latina foi realizado de maneira bastante primitiva levando em consideração os interesses do capital sem cobrar contrapartidas como “investimentos na melhoria das instalações e equipamentos; e a manutenção do nível de emprego”. No Brasil, com a desregulamentação das leis trabalhistas, as privatizações resultaram sim em uma melhora dos resultados das empresas e no serviço prestado a população, porém a eficiência foi obtida através de demissões de funcionários, redução de salários e de direitos trabalhistas.

Este foi o ponto mais delicado de todo o receituário, em quase todos os países em que houveram privatizações ocorreram protestos populares contrários à venda do “patrimônio” do país para empresas estrangeiras. A maior crítica às privatizações era a de que os recursos oriundos destas vendas não seriam alocados em novos empreendimentos, mas sim em algo que já existe.

Especificamente falando de Brasil, o país precisava na época de recursos para modernizar seu parque industrial e expandir sua infraestrutura em comunicações, energia e transportes. Ou seja, precisava de recursos para realizar novos investimentos e as vendas destas estatais não resultavam nisso, somente ajudavam o governo a resolver seus problemas de caixa e reduzir assim as pressões sobre os juros.

## **9. Desregulação da economia**

A proposta neoliberal defendia que o estado deveria ter participação mínima na economia. Onde antes o estado protegia a economia, com barreiras, tarifas e regulamentações para a proteção da empresa nacional, agora deveria haver uma reformulação destas políticas, extinguindo leis que impeçam a entrada de novas empresas ou que restrinjam a competição e assegurar que toda a regulamentação seja justificada por critérios tais como segurança, proteção ao meio ambiente ou uma supervisão prudente de instituições financeiras. Os direitos trabalhistas, salários e

demais negociações deveriam ser feitas não mais com a ajuda do estado, mas sim entre empresas e funcionários (através dos sindicatos).

Todas as atitudes do governo deveriam ser a de deixar o mercado o mais livre possível, para que este, através das leis de oferta e demanda se auto ajuste e permaneça em equilíbrio.

### **10. Garantia dos direitos de propriedade.**

Ao Estado caberia ainda manter a “lei e a ordem”, em outras palavras, manter a santidade dos contratos e da propriedade privada dos meios de produção. Weber (2004) afirma que “os direitos à propriedade privada e livres mercados são cruciais, o que cabe ao Estado garanti-los, nem que seja pela utilização do monopólio da coação física [...]”.

As recomendações neste item eram um tanto quanto controversas. Os direitos de propriedade intelectual foram incluídos no pacote de reformas devido a grande informalidade setorial existente.

Os países já industrializados exigiam o respeito irrestrito e total da propriedade privada e de suas patentes, significando uma situação de quase monopólio para aqueles que possuem as patentes, além de impedir que houvesse a transferência de tecnologias para os países em desenvolvimento. Isto levaria a um acesso irrestrito dos mercados latino-americanos aos países centrais, participando deles de maneira como bem entenderem, de forma especulativa, e sem contribuir para o desenvolvimento econômico e geração de empregos.

De maneira geral pode se dizer que o receituário do Consenso de Washington representou um conjunto medidas que, se fossem seguidas, estimularia a abertura das economias latino-americanas, inserindo-as no comércio internacional, sem ser necessária a utilização da força, já que as medidas foram realizadas por meio de recomendações de organismos internacionais. O receituário proveniente do Consenso de Washington sofreu diversas críticas sendo a principal delas a de que a “receita” utilizada era única e rígida, não levando em conta as singularidades e particularidades de cada nação.

Os economistas destacados pelos órgãos internacionais para, em formato de missão, auxiliar os países a acelerarem as reformas, muitas vezes não possuíam um

conhecimento profundo e histórico de sua realidade e da necessidade de seu povo, tendo um caráter absolutamente técnico. Utilizavam-se, por exemplo, o mesmo diagnóstico para o Brasil, um país de dimensões continentais, com um nível de indústria e de economia mais elevado que seus pares na América do Sul à países pequenos e pouco industrializados, como o Uruguai, o Peru ou a Bolívia.

Revela-se em especial inadequado quando se tem em conta que sua avaliação e prescrições se aplicam de maneira uniforme a todos os países da região, independentemente das diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que estejam concretamente enfrentando. (Batista, 1994)

Outra grande contradição era que, os Estados Unidos, principal financiador e interessado em que os países realizassem estas reformas, faziam justamente o contrário. O Estado Nacional americano era “grande”, realizava altos gastos com seu exército (cabe lembrar que no começo da década de 90 os EUA estavam envolvidos na guerra do Golfo). Os recursos estrangeiros investidos no país eram regulados assim como os recursos privados americanos alocados nas outras partes do mundo também eram controlados pelo governo. O Estado fazia valer seus interesses e direcionava a economia.

No Brasil, as medidas sugeridas pelo consenso foram colocadas em prática pelos governos Collor e FHC, com destaque para a liberalização do comércio e as privatizações que iniciaram ainda no governo Collor, mas que, durante o governo FHC, foram ampliadas, através da abertura financeira a investimentos estrangeiros, a fixação de uma taxa de cambio elevada e uma taxa de juros orientada pelo mercado a fim de trazer recursos financeiros para o país.



## 2.2. Abertura Comercial

Até o fim da década de 1980, a economia brasileira era protegida pelo governo. A indústria era baseada no processo de substituição das importações. Um grande aparato de proteção à indústria nacional e de restrição às importações foi construído ao longo de todo processo de industrialização através da substituição de importações. Assim, uma série de barreiras tarifárias e não tarifárias impediam uma concorrência de produtos brasileiros e estrangeiros em níveis de igualdade. Criou-se também a Lei do Similar Nacional que proibia a entrada de determinados produtos no país, permitindo apenas a entrada daqueles produtos que não fossem concorrentes das indústrias nacionais. Além disso, haviam listas de produtos cuja a importação era proibida, limites máximos anuais de compras externas por empresas, regimes especiais de tributação além de tarifas aduaneiras elevadas.

Apesar da construção de um parque industrial como resposta ao processo de industrialização, o Brasil chegou ao início da década de 1980 com sérios desequilíbrios econômicos, os quais duraram toda a década: altíssimas taxas de inflação (que foram combatidas com diferentes planos econômicos, os quais apenas ampliaram a inflação), crise fiscal do Estado e crise da dívida externa. Esse cenário de instabilidade econômica impossibilitou a retomada do desenvolvimento brasileiro ao longo de todo período.

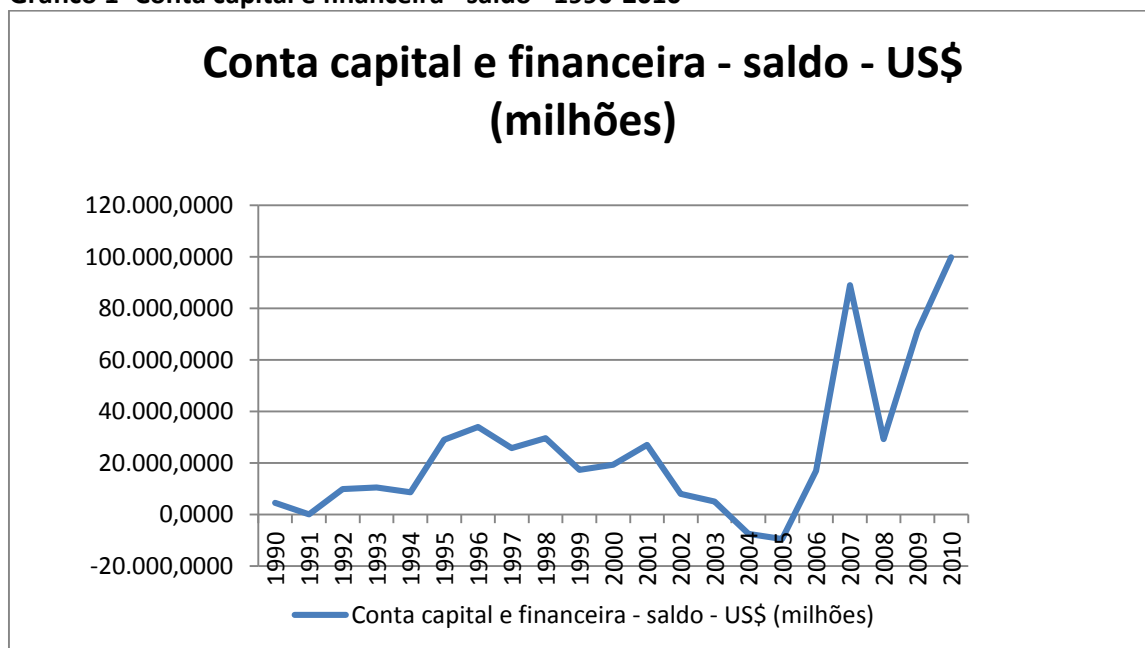
No início dos anos 1990, com o objetivo de controlar as variáveis macroeconômicas, o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, inicia o processo de abertura unilateral da economia brasileira adotando medidas recomendadas pelo receituário neoliberal como: corte de gastos governamentais para equilibrar as contas públicas, demonstrando uma disciplina fiscal; iniciou o processo de privatizações das empresas públicas com o objetivo de torna-las mais eficientes, menos onerosas ao Estado e gerar receitas para o governo; iniciou o processo de abertura da economia brasileira, com a redução de barreiras não tarifárias e administrativas para a importação através do fim da proibição de importação de determinados produtos, da extinção de regimes especiais de importação, e da suspensão da distribuição de incentivos e subsídios sem critérios. A abertura comercial tinha como finalidade principal o controle da inflação através de um aumento da concorrência com a entrada de produtos estrangeiros, o que inviabilizaria uma elevação brusca no nível de preços. Apesar das medidas tomadas por Collor, a inflação só foi controlada no governo de Cardoso que ao

instituir o Plano Real, introduziu a URV – Unidade Real de Valor – com o objetivo de desindexar a economia; ampliou a abertura comercial e financeira da economia e; instituiu a Ancora Cambial, onde o governo atrelou a nova moeda ao Dólar com a finalidade de estabilizar a economia valorizando-a e tornando a mais confiável perante o mercado internacional e; realizou a abertura financeira da economia brasileira, onde com uma taxa de juros elevada e regulada pelo mercado, a conta financeira equilibraria os déficits gerados pelas transações correntes da balança comercial, que com o cambio valorizado passaram a apresentar sucessivos desequilíbrios.

Simultaneamente a uma flexibilização do regime cambial, foi deslanchado um programa de liberalização das importações, cujos primeiros passos foram dados através da imediata extinção da lista de produtos com emissão de guias de importação suspensa e dos regimes especiais de importação (...). (KUME, 2003)

Com a liberalização financeira e uma alta taxa de juros o país passou a atrair capital estrangeiro, fato este que se intensifica a partir do controle da inflação com o Plano Real e a consequente estabilidade econômica. E devido aos desequilíbrios comerciais ocasionados pela abertura comercial, por vezes é esta conta que irá financiar o deficit. Conforme pode ser observado no gráfico 1, a partir de 1994 ocorre um grande salto no saldo da conta capital e financeira, saldo este que se mantém positivo ao longo e todo o governo Fernando Henrique.

**Gráfico 1- Conta capital e financeira - saldo - 1990-2010**



**Fonte:** IPEADATA Elaboração do autor

Soma-se a moeda valorizada com a abertura comercial, realizada a partir de 1989, e o resultado foi um drástico aumento nas importações ao passo que a exportação se contraiu, pois os produtos brasileiros estavam mais caros no mercado internacional, e assim tornavam-se pouco competitivos.

No período que compreende os anos de 1990 a 1994 a economia viveu uma forte recessão, com aumento da taxa de desemprego aberto, níveis extremamente elevados de inflação e passou por grandes mudanças estruturais, provocadas principalmente pela abertura comercial. (NERI, 2001)

Este fato, somado a desregulamentação financeira do mercado externo, no que se refere a movimento de capitais em um planeta cada vez mais globalizado, resultou em uma profunda reestruturação da economia brasileira.

A nova política de importação buscava promover uma reestruturação produtiva, em que o diferencial de custos de produção interno e externo não superasse um determinado parâmetro. (KUME, 2003)

Devido às instabilidades econômicas da década de 1980, o Brasil não realizou investimentos necessários para o desenvolvimento de sua economia, resultando em um país com uma infraestrutura precária. Na área de transportes, as condições dos portos e rodovias eram péssimas; a malha ferroviária estava reduzida e sub-explorada; o setor de telecomunicações, mantido sob tutela do Estado e posteriormente privatizado, era ineficiente, custoso e deficitário; e o setor de energia necessitava urgentemente de investimentos. A mão de obra disponível no país, embora “barata” era pouco qualificada, possuindo um alto índice de analfabetismo, sem que houvesse um plano de curto prazo que buscasse reverter esta situação. Por conta dos fatores citados, o país encontrava-se numa situação de atraso tecnológico com estagnação da produtividade, um setor industrial ineficiente e com capacidade ociosa.

A reestruturação produtiva do país teve como alicerce a tentativa de adotar uma nova política industrial, abandonando o antigo modelo de substituição das importações. A nova política industrial buscava a modernização da indústria brasileira através da inserção das empresas brasileiras na nova realidade do sistema econômico internacional, tornando-as mais competitivas e com mais tecnologia, gerando mais eficiência na produção e na comercialização de bens. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passa a ter um importante papel nesta nova fase de desenvolvimento nacional: foram criadas novas linhas de crédito direcionadas à

indústrias que melhorassem os seus níveis de produtividade, qualidade e de tecnologia. Os recursos disponibilizados pelo BNDES eram direcionados também para a ampliação e modernização da infraestrutura nacional, assim como foram concedidos vários estímulos para formação de parcerias entre o Estado e setor privado na realização desses investimentos.

Em 1994, o governo anuncia um novo plano econômico, o Plano Real, que buscava dar continuidade às políticas de liberalização da economia brasileira. A moeda foi valorizada e atrelada ao Dólar, formando uma ancora cambial que auxiliou a manter a estabilidade dos preços da economia brasileira. Ao igualar a nova moeda ao Dólar, o governo causou um grande desequilíbrio no balanço de pagamentos, pois embora as exportações tenham aumentado, o valor total das importações teve um aumento superior nos primeiros anos de vigência do plano, resultando em déficits no saldo da balança comercial já em 1995. Desta maneira FHC promoveu também uma abertura financeira da economia, atraindo capitais externos através de uma taxa de juros elevada (ver gráfico Taxa Selic) para financiar o resultado deficitário das transações correntes. Este déficit também foi financiando pela receita gerada das privatizações do governo FHC.

Em 1995 Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda de Itamar Franco e, portanto, o responsável pela elaboração e adoção do Plano Real, assume a Presidência da República. Sua grande preocupação era a manutenção do controle da inflação, desta maneira as políticas de comércio exterior foram conduzidas de maneira que contribuíssem para a manutenção e sucesso do plano de estabilização. Através do BNDES o governo ampliou o financiamento às exportações e reduziu a incidência de impostos e da burocracia para as vendas no exterior.

**Tabela 1: Comércio Exterior: Brasil x Resto do mundo (FOB)**

Ano	Exportação (milhões US\$)	Taxa de. Crescimento)	Importação (milhões US\$)	Taxa de. Crescimento)	Saldo (milhões US\$)
1991	31.620	-	21.040	-	10.580
1992	35.793	13%	20.554	-2%	15.239
1993	38.555	8%	25.256	23%	13.299
1994	43.545	13%	33.079	31%	10.466
1995	46.506	7%	49.972	51%	-3.466
1996	47.747	3%	53.346	7%	-5.599
1997	52.994	11%	59.747	12%	-6.753
1998	51.140	-3%	57.763	-3%	-6.624

1999	48.013	-6%	49.302	-15%	-1.289
2000	55.119	15%	55.851	13%	-732
2001	58.287	6%	55.602	0%	2.685
2002	60.439	4%	47.243	-15%	13.196

Fonte: MDIC Elaboração do autor

Para tentar equilibrar a conta da balança comercial e manter as importações em um nível ao menos compatível, o governo se viu obrigado a aumentar as alíquotas de importação de alguns itens que, após a redução das tarifas, apresentaram altas taxas de importação. Foi o caso das motocicletas, bicicletas, tratores, eletroeletrônicos de consumo, tecidos, cobertores e tênis.

As importações brasileiras, a partir de 1994, apresentam um aumento expressivo, com um ritmo de crescimento superior às exportações. Isto se deve ao fato de a partir de 1995 o governo ter promovido através do Plano Real uma valorização do Real, tornando os produtos estrangeiros mais baratos e acessíveis levando a um aumento da concorrência no mercado interno. Este movimento refletiu no surgimento de déficits comerciais já em 1995 e até o fim da década. A trajetória de déficits só foi revertida após a liberalização do câmbio em 1999 com a balança comercial brasileira voltando a ser superavitária somente em 2001.

### 2.3. FHC (1995-2002)

Após liderar o Plano Real FHC vence as eleições de 1994 e em 1995 assume o país, com uma realidade um pouco mais tranquila: com a nova moeda, o Real, o cenário econômico melhora e o Brasil conquista uma certa estabilidade macroeconômica. Com o Real valorizado o preço dos produtos importados fica mais barato o que gera uma maior concorrência no mercado interno que agora abrange também produtos estrangeiros que, conforme já foi destacado, objetivava além de um controle do nível de preços, a modernização das indústrias nacionais que buscam aumentar sua produtividade e eficiência para que possam se manter competitivas. Ademais, o Real valorizado aumenta o poder de compra do consumidor brasileiro e das empresas importadoras.

As importações brasileiras passam de US\$ 33,079 bilhões em 1994 para US\$ 49,972 bi em 1995 e atingindo US\$ 59,747 bilhões em 1997, ano de pior resultado da balança comercial brasileira no período governo FHC.

Conforme pode ser observado na Tabela 1 o país passa de um superavit superior a 10 bilhões de dólares em 1994 para sucessivos deficits na balança comercial nos anos seguintes. As exportações, apesar de uma trajetória crescente no período, apresentaram uma taxa de crescimento inferior às importações, pois, com o câmbio sobrevalorizado, os produtos nacionais perdem atratividade no mercado externo e ficam mais caros que os produtos estrangeiros, que por sua vez inundam o mercado interno brasileiro. Assim, durante o primeiro mandato de FHC (1995-1998), o Brasil apresentou deficits em sua balança comercial.

Como uma economia relativamente em amadurecimento, o Brasil era, e ainda é, sensível a mudanças na conjuntura econômica mundial. Com a Crise Mexicana em 1994, que assim como o Brasil possuía sua moeda sobrevalorizada em relação ao dólar, o Real sofre o primeiro ataque especulativo, com uma fuga de dólares da economia brasileira acarretando a perda de cerca de 10 bilhões de dólares das reservas cambiais do país conforme pode ser observado no Gráfico 2. O governo por sua vez, é obrigado a flexibilizar o Real, desvalorizando-o em março de 1995 em 7%, três meses após a eclosão da crise no México. Ocorre uma diminuição da confiança no Brasil e de que o governo daria continuidade a política de valorização do Real. Desta maneira, para evitar que a crise financeira se alastre na economia, o governo adota medidas restritivas, aumentando as taxas de juros (vide gráfico 4).

**Gráfico 2: Reservas Internacionais (FOB)**



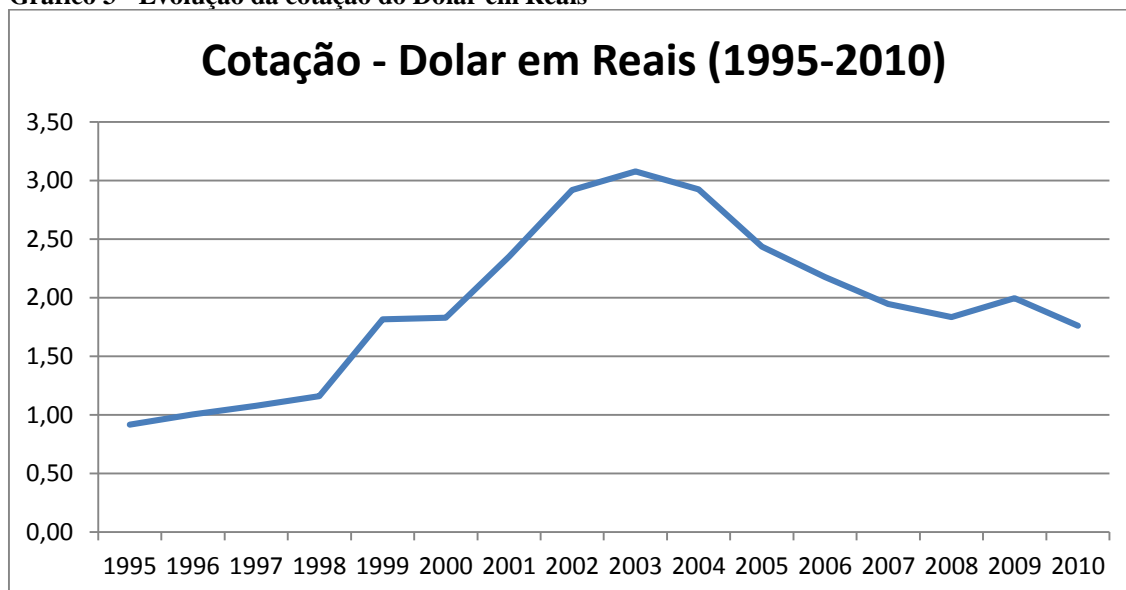
**Fonte:** IPEADATA Elaboração do autor

No campo da política exterior, Cardoso busca realizar a inserção internacional do Brasil através da participação em organismos internacionais como a OMC e a ampliação das atividades do Mercosul. A política de comércio exterior do governo FHC enfatiza a abertura comercial através da integração com os países do Mercosul e demais países da América do Sul, como Chile e Bolívia que assinam tratados de livre comércio com o bloco. A escolha dos países da América do Sul, deve-se ao fato de o país possuir um grau de industrialização superior a seus vizinhos, podendo assim exportar produtos de maior valor agregado. (no próximo capítulo serão abordados detalhadamente os principais parceiros comerciais brasileiros e a pauta de exportação para cada um).

Nos anos de 1997 e 1998, ocorrem duas crises financeiras internacionais que afetam duramente a economia brasileira: primeiro com a crise Asiática em 1997, quando novamente o Real sofre um ataque especulativo e o governo é forçado a atuar dobrando a taxa de juros para evitar uma maior saída de recursos do país e em 1998 com a crise da Rússia, que declara moratória em agosto daquele ano levando a uma crise sistêmica ao redor do globo. Novamente, o Brasil assiste a uma maciça saída de capitais de curto prazo do país, comportamento que pode ser observado no gráfico 2, e com isso a redução do volume de crédito disponível na economia brasileira. Para conter o impacto da crise, o governo brasileiro aumenta novamente a taxa de juros, busca um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e anuncia um pacote de ajuste fiscal.

Apesar dos esforços do governo brasileiro, as medidas não são suficientes, e, em janeiro de 1999, o governo altera a política cambial, passando a adotar o câmbio flutuante. Após a adoção deste novo regime cambial, o Real se desvaloriza bruscamente frente ao dólar, com uma redução estimada de 40%. Esta desvalorização do Real, desestimula as importações e como resultado ocorre uma melhora sensível no resultado da balança comercial, que passa de um déficit de 6.6 bilhões de dólares em 1998 para 1,3 bilhões de dólares em 1999 e a partir de 2001 a balança comercial volta a apresentar resultados superavitários, superando os 2 bilhões de dólares. Nos anos que sucederam a adoção do câmbio flutuante, o Real foi se desvalorizando (Gráfico 3) cada vez mais até chegar em 2002 a sua maior desvalorização, onde 1 dólar chegou a equivaler a 4 reais. Devido a este fato o saldo da balança comercial tem uma melhora já no ano de 2002, com o Brasil tendo mais de US\$ 60 bilhões em exportações que resultaram em um saldo da balança comercial de US\$ 13 bilhões..

Gráfico 3 - Evolução da cotação do Dólar em Reais



Fonte: IPEADATA Elaboração do autor

A avaliação do desempenho do comércio exterior durante o período FHC está diretamente atrelada à liberalização comercial. Com a abertura comercial e a valorização do câmbio, o governo permitiu que as importações se elevassem a um nível superior ao das exportações acumulando déficits no saldo de transações comerciais. No final de seu segundo mandato, após a adoção do câmbio flutuante em 2009, o dólar passa por seguidas desvalorizações de maneira que Cardoso entrega o cargo a seu sucessor com uma balança comercial superavitária.

#### 2.4. Lula (2003-2010)

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil em 2003 sob uma forte desconfiança do setor industrial brasileiro. Um candidato que sempre havia defendido bandeiras historicamente ligadas à esquerda, que havia sido contrário ao Plano Real, que chegou a defender o calote da dívida brasileira, era agora líder da Nação.

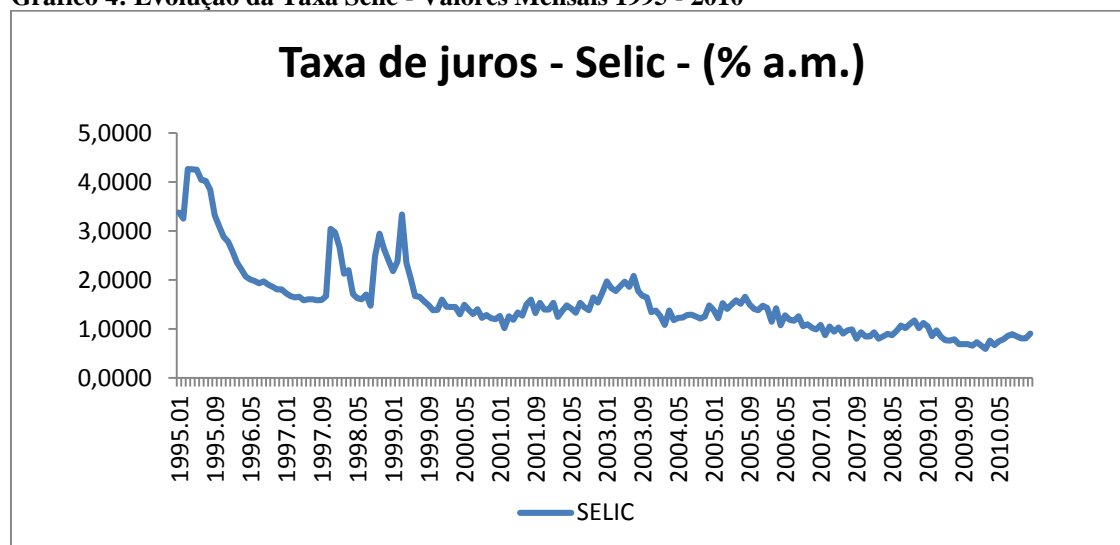
Sua eleição causou uma grande especulação no mercado financeiro, tendo impactos na Bolsa de Valores, nas taxas de juros e na taxa de câmbio. O principal receio da comunidade nacional e internacional era a imprevisibilidade. O mercado funciona através de expectativas: com expectativas positivas a economia tende a se desenvolver, com expectativas negativas os agentes tendem a ser mais cautelosos com suas decisões



de investimento e consumo. Contudo, com a candidatura e posterior eleição do Presidente Lula, o que predominou foi o clima de incerteza: não se sabia qual seriam as políticas econômicas adotadas por Lula. Desta forma, ainda como candidato à Presidência da República, Lula precisou divulgar uma carta intitulada “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual o candidato afirmava o compromisso de manter um superavit primário, que geraria divisas para o pagamento da dívida pública. Também afirmava que cumpriria os contratos assinados pelo governo anterior com o FMI. Ao ser eleito, ele nomeou Henrique Meirelles, um executivo do setor financeiro, para comandar o Banco Central, dando, assim, mais credibilidade e previsibilidade para o mercado.

Nos primeiros anos de seu governo, a balança comercial alcançou resultados significativos, permitindo também uma redução gradual, mas significativa, da taxa Selic, taxa de juros que rege as demais taxas da economia brasileira, a partir do fim do ano de 2003 interrompido com um leve aumento em 2005 e no ano de 2009.

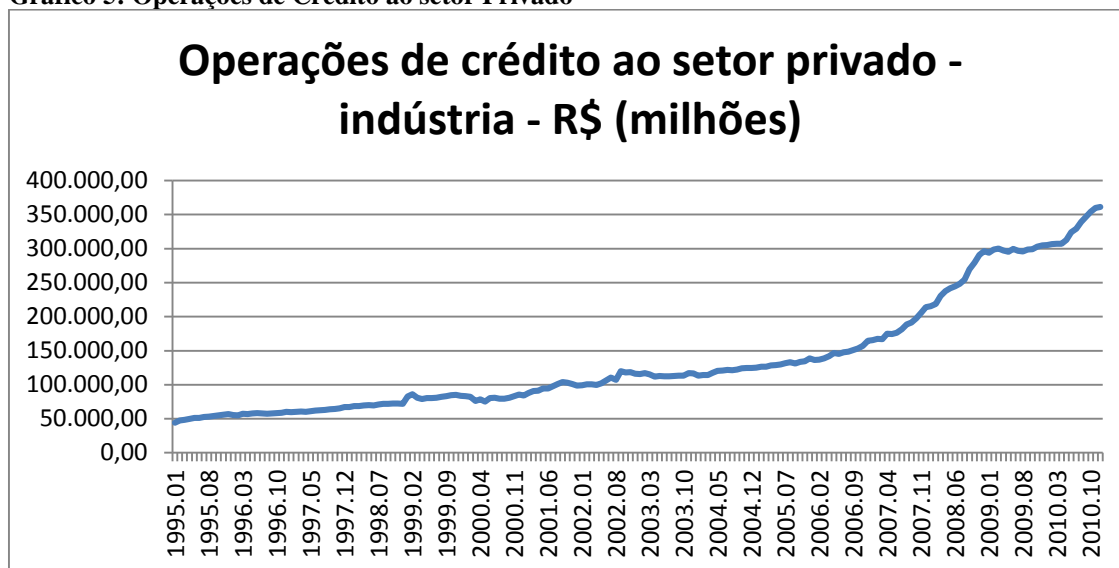
**Gráfico 4: Evolução da Taxa Selic - Valores Mensais 1995 - 2010**



**Fonte:** IPEADATA Elaboração do autor

A redução da Selic permitiu a expansão do crédito. Uma taxa de juros elevada, encarece o crédito o que faz com que agentes econômicos posterguem suas decisões de investimento, reduzindo o nível da atividade econômica. Outro problema de se ter uma taxa de juros elevada é que ela atrai capitais especulativos em excesso, fazendo com que a procura pela moeda nacional seja maior que sua oferta, valorizando artificialmente a taxa de câmbio real. No gráfico abaixo pode-se observar o aumento do crédito para o setor industrial, que a partir de 2003 tem uma trajetória crescente, sendo interrompida somente com a crise financeira mundial de 2008 e voltando a crescer no início de 2010.

Gráfico 5: Operações de Crédito ao setor Privado



Fonte: IPEADATA Elaboração do autor

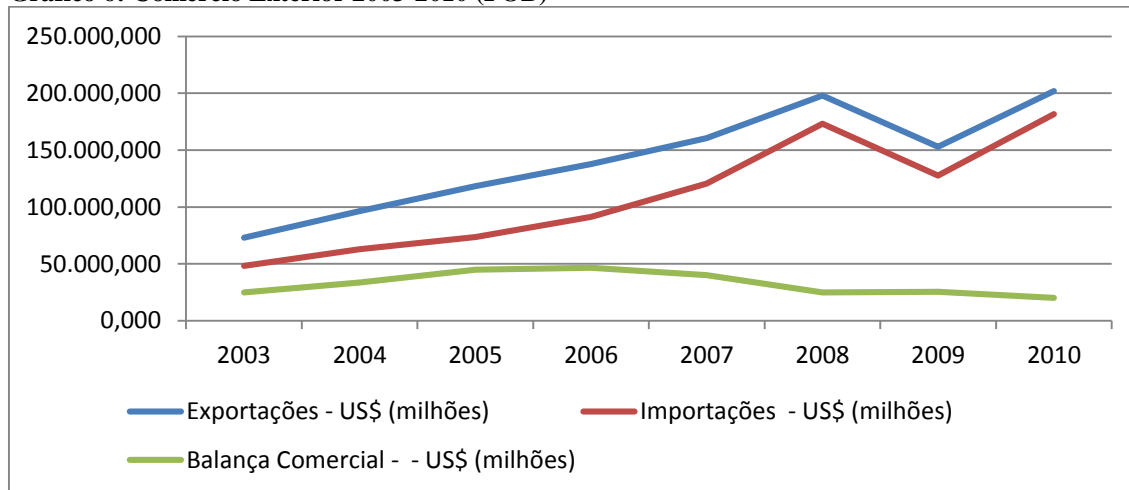
Com a desvalorização cambial promovida no final do governo Cardoso, Lula ao assumir em 2003 encontrou um país com a balança comercial equilibrada e superavitária. Assim Lula e seu governo decidem por dar continuidade a inserção brasileira no comércio internacional através da busca pela defesa do interesse nacional, participando ativamente em negociações de órgãos multilaterais como a OMC (neste ponto, dando continuidade as ações que já vinham sendo feitas por FHC), além de aumentar significativamente o número de países com representação diplomática brasileira. Ainda na questão da diplomacia, o governo fez valer a simbologia do presidente Lula, ex-líder sindical, e durante seu primeiro mandato, Lula realizou visitas em mais países do que FHC em oito anos de governo.

Lula buscou diversificar parceiros comerciais e promover o Brasil no exterior, formando alianças e coalizões com outros países em desenvolvimento para fazer frente aos países desenvolvidos. Foram realizadas negociações com países considerados emergentes assim como o Brasil, como África do Sul, Índia, China e Rússia, que foram as bases precursoras do bloco que hoje é conhecido como BRICS. Além disso, foram ampliadas as relações com a América do Sul, expandindo acordos de países ao bloco do Mercosul, institucionalizando a cooperação SUL-SUL.

Como resultado desta política e de um período de acumulação global de capital, que levou a uma elevação generalizada no preço das commodities ao redor do mundo, durante os oito anos do governo Lula, o comércio internacional brasileiro explodiu:

alcançando taxas de crescimento exponenciais, além de introduzir novos parceiros às exportações nacionais. O comportamento da balança comercial foi fundamentalmente diferente da de FHC, tendo superávits que superaram a marca de US\$ 20 bilhões de dólares ao longo de todo o seu governo, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, com destaque principalmente para o ano de 2009, com uma redução acentuada das exportações e das importações. Isto pode ser explicado como um reflexo da crise financeira internacional de 2008, que afeta principalmente os países Europeus e as Américas, com destaque para os EUA. No ano de 2009 as exportações para a Europa reduzem em mais de US\$ 12 bilhões de dólares, totalizando quase um quarto a menos que no ano anterior. As exportações para os EUA também sofrem um grande impacto reduzindo também em aproximadamente US\$ 12 bilhões que representa uma diminuição superior a 40% do ano anterior. Além dos dois parceiros comerciais brasileiros as exportações Brasileiras para o Mercosul reduziram em pouco menos de US\$ 6 bilhões, uma redução de cerca de 27% em relação ao ano de 2008. Somados estes três parceiros foram responsáveis por 75% da redução das exportações brasileiras no ano de 2009.

**Gráfico 6: Comércio Exterior 2003-2010 (FOB)**



**Fonte:** MDIC Elaboração do autor

A inserção brasileira no comércio mundial passou a ser realizada de maneira diferente. Apesar de as mudanças terem sido iniciadas no final do governo Cardoso, foi com Lula que as políticas de internacionalização de empresas nacionais passou a ter mais incentivos, com a criação de campeãs nacionais, como a Friboi e a cervejaria Ambev. A internacionalização das empresas nacionais era fundamental pois este processo fortalece a empresa, refletindo na ampliação da competitividade destas no

mercado internacional e seu consequente crescimento, o que leva a uma expansão da empresa, gerando assim mais dividendos e lucros que acabam retornando ao país.

A internacionalização deve ser vista como um meio essencial para o aumento da competitividade internacional das empresas, promovendo o desenvolvimento dos países e facilitando: i) o acesso a recursos e a mercados; e ii) a reestruturação econômica. Na economia internacional observam-se importantes associações entre IED, comércio e fluxos de tecnologia. Sem firmas competitivas internacionalmente, um país não pode melhorar a sua performance econômica. A dispersão geográfica das atividades de P&D pode fortalecer a base tecnológica das empresas: i) em primeiro lugar, as firmas podem ter um maior acesso às tecnologias, o que não ocorreria sem a internacionalização; ii) em segundo lugar, a maior escala de produção dilui os custos com P&D. Ou seja, empreendimentos maiores via internacionalização podem “baratear” os custos de prospecção tecnológica, ou seja os gastos com P&D (ALEM e CAVALCANTI, 2005, p. 56).

O BNDES foi utilizado como ferramenta para financiar companhias brasileiras que desejassem realizar investimentos no exterior, buscando estimular a inserção e o fortalecimentos destas no mercado internacional. Com a alteração de seu estatuto, que não previa financiamento para investimentos no exterior, o BNDES disponibilizou uma linha de crédito para este fim, que foi utilizada pela primeira vez no ano de 2005, pela empresa Friboi na compra de cerca de 85% da empresa argentina Swift, em uma operação estimada em valores superiores a US\$ 200 milhões de dólares. O montante disponibilizado pelo BNDES para a transação foi de US\$ 80 milhões. Nos anos seguintes, de 2005 a 2009 esta mesma linha foi utilizada por diversos segmentos da indústria nacional, sendo utilizada para adquirir empresas estrangeiras, instalar filiais no exterior, ampliar a capacidade de produção, expandir suas atividades e implantar novas unidades de produção.

O destino mais comum das empresas brasileiras no exterior durante este período de expansão foram os países da América Latina, com destaques para os países integrantes do MERCOSUL e para a Argentina. Isto pode ser explicado pela proximidade geográfica destes, mas também pela qualidade das exportações brasileiras para estes destinos: cerca de 90% do total de exportação brasileira para o MERCOSUL era composta por produtos industrializados.

Desta forma pode-se inferir que Lula passou a dar prioridade a integração sul-americana, disponibilizando ferramentas para que o setor privado realizasse sua internacionalização com a finalidade de desenvolver o país

A verdade é que o processo de criação de uma comunidade Sul-americana avança mais rápido do que se poderia imaginar. De 2003 para cá, concluímos o acordo, entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), e concebemos e impulsionamos diversos projetos para a integração da infraestrutura, em transportes, comunicações e energia. Essa integração física, nunca é demais lembrar, constitui parte essencial do projeto de desenvolvimento do próprio Brasil. A aprovação, por exemplo, de financiamento do BNDES no valor de US\$ 400 milhões para a ligação rodoviária do Acre ao Pacífico, via Peru, tem significado histórico e econômico sem precedentes, não apenas para a integração regional, como também para o progresso do Oeste brasileiro (AMORIM, 2005, p.2).

Como resultado de suas políticas de comércio exterior, as exportações no final do Lula são de mais de US\$ 200 bilhões, com um saldo comercial superior a US\$ 20 bilhões no ano de 2010. O período do governo Lula compreendeu anos de crescimento generalizado no cenário mundial e de valorização no preço das commodities, o que impulsionou as exportações brasileiras. Graças a diversificação dos parceiros comerciais, houve uma rápida recuperação dos efeitos da crise de 2008 com o país sofrendo uma queda nas exportações em 2009 mas logo se recuperando em 2010.

### 3. Comportamento da Balança Comercial

O período do comportamento do comércio exterior analisado neste trabalho foi o dos 16 anos em que o Brasil foi governado por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Foi adicionado ainda o ano de 1994, no qual foi implementado o Plano Real onde o país conquistou a estabilidade macroeconômica que possibilitou o desenvolvimento brasileiro. Abaixo na tabela estão os dados referentes ao comércio exterior brasileiro no período.

Tabela 2: Trocas Internacionais Brasileiras 1994-2010 (FOB)

Ano	Exportação (US\$)	Crescimento anual %	Importação (US\$)	Crescimento anual %	Saldo (US\$)
1994	43.545.148.862	-	33.078.690.132	-	10.466.458.730
1995	46.506.282.414	6,8	49.971.896.207	51,07	-3.465.613.793
1996	47.746.728.158	2,67	53.345.767.156	6,75	-5.599.038.998
1997	52.982.725.829	10,97	59.747.227.088	12	-6.764.501.259
1998	51.139.861.545	-3,48	57.763.475.974	-3,32	-6.623.614.429
1999	48.012.789.947	-6,11	49.301.557.692	-14,65	-1.288.767.745
2000	55.118.919.865	14,8	55.850.663.138	13,28	-731.743.273
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137
2005	118.529.184.899	22,6	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817
2010	201.915.285.335	31,98	181.648.675.604	42,22	20.266.609.731

Fonte: MDIC Elaboração do autor

Conforme pode ser observado na tabela, as exportações brasileiras apresentaram uma trajetória de crescimento no período de 1994 a 2010 com um aumento de mais de 460%. Pode-se dividir estes anos em três períodos. De 1994 a 1999 com o câmbio valorizado as exportações brasileiras, embora tenham apresentado um crescimento, foram duramente afetadas mantendo-se praticamente constantes. A partir de 1999 até o ano de 2002, as exportações brasileiras apresentam uma melhora substancial. Isto pode ser atribuído ao fato de que em 1999, devido à pressões externas, o governo brasileiro foi obrigado a abandonar o sistema de bandas cambiais e adotar o regime de câmbio flexível. Assim, o Real sofre uma grande desvalorização e com isso os produtos brasileiros passam a ter uma atratividade maior no mercado internacional, elevando as

exportações brasileiras de US\$ 48 bilhões em 1999 para US\$ 60 bilhões em 2002. A partir de 2003 até 2010, período em que o Brasil esteve sob o governo do Presidente Lula, as exportações do país atingiram níveis recordes, com uma trajetória de crescimento exponencial, que foi interrompida apenas no ano de 2009, um reflexo da crise financeira internacional iniciada no ano de 2008. No período, as exportações passaram de US\$ 73 bilhões de dólares em 2003 para US\$ 201,9 bilhões em 2010.

**Gráfico 7: Exportações Totais Brasileiras 1994-2010 (FOB)**



Fonte: MDIC Elaboração do autor

Já as importações também podem ser divididas nestes mesmos três períodos: a partir de 1994 com a introdução do Plano Real e até o ano de 1998 as importações brasileiras apresentam uma alta taxa de crescimento, passando de US\$ 33 bilhões em 1994 e alcançando o valor de US\$ 57,7 bilhões em 1998. A partir de 1999 com a liberalização do câmbio, esta tendência é revertida, com as importações se mantendo em um nível estável e apesar de apresentar um leve aumento nos anos de 2000 e 2001, retornam a um patamar semelhante às importações de 1999 em 2002, com um valor total de US\$ 47,2 bilhões. A partir de 2003 e até o fim do governo Lula, as importações apresentam uma trajetória de crescimento assim como as exportações, passando de US\$ 48,3 bilhões em 2003 para US\$ 181,6 bilhões em 2010. Assim como as exportações, no ano de 2009 as importações brasileiras sofrem com o impacto da crise mundial, apresentando uma redução de 26% em relação ao ano de 2008.

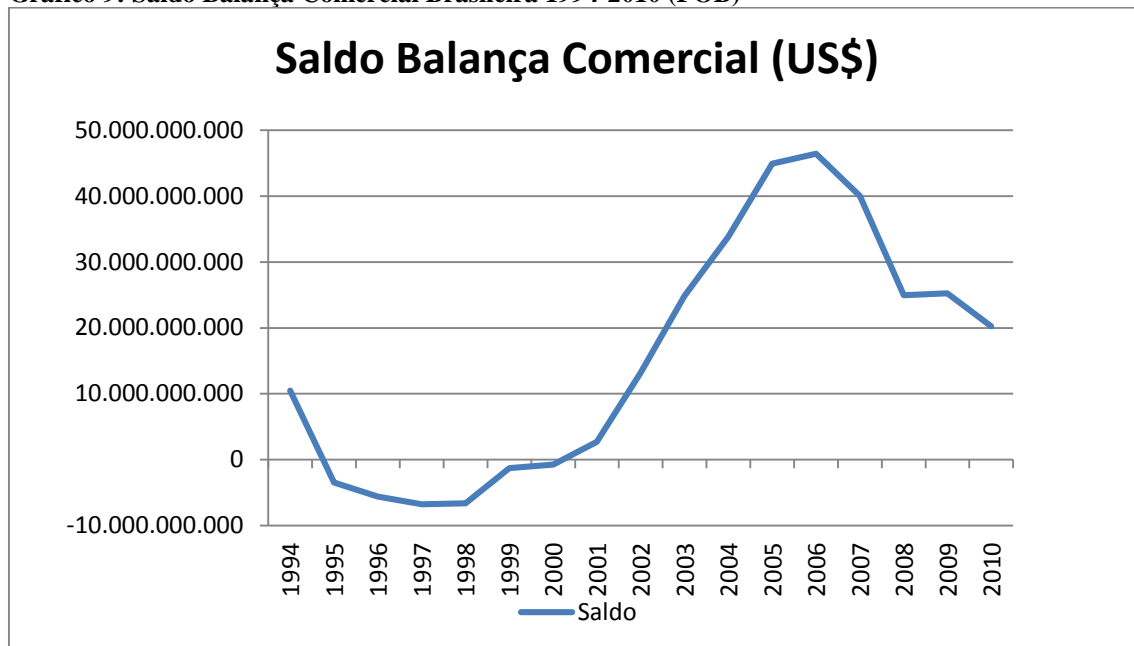
**Gráfico 8: Importações totais Brasileiras 1994-2010 (FOB)**



**Fonte:** MDIC Elaboração do autor

A partir dos dados de exportação e importação, podemos obter o saldo das transações comerciais brasileira com o resto do mundo. Dividindo o período analisado (1994-2010) nos mesmos três períodos em que foram divididas as análises das exportações e importações, temos o seguinte resultado: em 1994 o Brasil apresentou superávit na balança comercial da ordem de US\$ 10,4 bilhões, porém, já em 1995, o país passa a apresentar sucessivos déficits que persistem até a liberalização do câmbio, passando de um déficit de US\$ 3,4 bilhões em 1995 atingindo US\$ 1,2 bilhões em 1999, chegando a US\$ 6,7 bilhões no ano de 1997 que foi o pior resultado da balança comercial no período analisado. No ano de 2000 apesar de ainda apresentar um déficit no saldo da balança, o valor de US\$ 700 milhões já apresenta uma trajetória de redução do déficit, e em 2002, último ano do mandato de FHC, a balança comercial atinge um superávit de US\$ 13,1 bilhões, devido, principalmente, ao fato de que a cotação do dólar frente ao real atingiu o valor de 4 reais por dólar. Nos anos de 2003 a 2006, período de crescimento da economia internacional, o Brasil apresenta saldos comerciais cada vez mais positivos, atingindo o recorde de US\$ 46,45 bilhões no ano de 2006. Nos últimos quatro anos do governo Lula, a balança apresenta uma trajetória de redução, porém mantendo-se superior aos níveis da década de 90, tendo como resultado no ano de 2010 um saldo positivo de US\$ 20,2 bilhões.



**Gráfico 9: Saldo Balança Comercial Brasileira 1994-2010 (FOB)**

Fonte: MDIC Elaboração do autor

Para os diferentes parceiros comerciais o Brasil possui diferentes pautas de exportações. Serão analisadas agora os quatro principais destinos das exportações brasileiras, a saber União Europeia, EUA, Mercosul e China, e qual a pauta de exportações para cada um deles nos governos de FHC e de Lula.

### 3.1. União Europeia

A União Europeia, historicamente, tem sido um grande destino das exportações brasileiras. Durante o período analisado foi também o principal parceiro comercial brasileiro. Atualmente existem três acordos que regem as relações entre o país e a comunidade europeia: o Acordo-Quadro de Cooperação CE-Brasil (1992), o Acordo-Quadro de Cooperação UE-Mercosul (1995) e o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (2004). Desta forma cerca de um quarto de todo o comércio exterior brasileiro é realizado com a Europa.

**Tabela 3: Exportações União Europeia 1995-2010**

ANO	EXPORTAÇÕES		Produtos Básicos		Produtos Industrializados	
	US\$	Var (%)	US\$	Part.	(US\$)	Part %
1995	13.377.128.711	-	5.855.613.714	44%	7.462.752.829	56%
1996	13.432.009.592	0,41	6.403.118.762	48%	6.969.740.313	52%
1997	15.049.944.906	12,05	8.053.360.768	54%	6.956.517.790	46%
1998	15.253.423.897	1,35	7.059.564.609	46%	8.156.183.900	53%

1999	14.199.869.262	-6,91	6.366.469.101	45%	7.774.257.960	55%
2000	15.346.022.583	8,07	6.513.119.253	42%	8.775.377.654	57%
2001	15.487.553.299	0,92	7.631.925.630	49%	7.567.374.502	49%
2002	15.608.902.484	0,78	7.701.160.422	49%	7.861.918.286	50%
2003	18.816.320.902	20,55	9.489.117.916	50%	9.278.064.585	49%
2004	24.675.714.303	31,14	11.837.978.089	48%	12.783.983.732	52%
2005	27.039.479.914	9,58	12.993.813.559	48%	13.995.335.510	52%
2006	31.044.979.748	14,81	13.615.173.322	44%	17.371.700.729	56%
2007	40.428.035.649	30,22	18.190.070.566	45%	22.169.060.631	55%
2008	46.395.287.328	14,76	21.697.263.186	47%	24.478.087.011	53%
2009	34.036.682.109	-26,64	16.196.518.071	48%	17.519.381.064	51%
2010	43.134.813.540	26,73	21.342.025.768	49%	21.525.659.279	50%

**Fonte:** MDIC Elaboração própria.

Conforme pode ser observado na tabela acima, durante o governo de FHC as exportações para a União Europeia (UE) permaneceram de certa forma constantes. Em 1995 as exportações brasileiras para a UE eram da ordem de US\$ 13,3 bilhões, destes 44% eram compostos por produtos básicos e 56% por produtos industrializados. Este volume era responsável por cerca de 28,76% do total de exportações brasileiras naquele ano. O final dos 8 anos do governo FHC em 2002 as exportações totais brasileiras para a União Europeia somavam US\$ 15,6 bilhões de dólares e o perfil das exportações teve uma leve mudança com um aumento da exportação dos produtos básicos (49%) e uma diminuição dos produtos industrializados, que agora compunham cerca de 50% da carteira de exportações.

A partir do governo Lula as exportações brasileiras a Europa crescem exponencialmente e mais do que dobram no período de 2003 a 2010, passando de US\$ 18,8 bilhões em 2003 para atingir o patamar de US\$ 43 bilhões em 2010. A pauta de exportações no governo Lula manteve-se relativamente estável na relação de 50% em bens básicos e 50% em bens industrializados.

A grande diferença do governo Lula para o governo FHC foi o comportamento do saldo das trocas com a UE: durante a maior parte do governo FHC o Brasil possuía um saldo comercial negativo, importando um volume superior às exportações nacionais, somente a partir do ano de 2000 esta situação foi revertida, atingindo um superávit de US\$ 2,1 bilhões em 2002. Já sob o comando de Lula o Brasil triplicou as importações provenientes da UE passando de US\$ 13 bilhões em 2003 para US\$ 39,1 bilhões em 2010, mesmo com este relevante aumento das importações o saldo comercial foi muito superior ao do período do governo FHC chegando a um superávit de US\$ 13,6 bilhões em 2007. A partir daí o superávit comercial brasileiro passou a uma trajetória de queda,

influenciado diretamente pela crise financeira de 2008 que afetou seriamente os parceiros comerciais brasileiros.

Ao final do período analisado, a União Europeia era o destino de 21,36% das exportações totais brasileiras e era responsável por 21,54% das importações do país naquele ano.

**Tabela 4: Trocas União Européia**

Ano	Exportação			Importação			Saldo Comercial
	US\$	var(%)	Part.	US\$	var (%)	Part.	US\$
1995	13.377.128.711	-	28,76	14.303.517.372	-	28,62	-926.388.661
1996	13.432.009.592	0,41	28,13	14.607.341.701	2,12	27,38	-1.175.332.109
1997	15.049.944.906	12,05	28,41	16.238.973.221	11,17	27,18	-1.189.028.315
1998	15.253.423.897	1,35	29,83	17.240.413.192	6,17	29,85	-1.986.989.295
1999	14.199.869.262	-6,91	29,58	15.339.078.765	-11,03	31,11	-1.139.209.503
2000	15.346.022.583	8,07	27,84	14.535.470.801	-5,24	26,03	810.551.782
2001	15.487.553.299	0,92	26,57	15.445.712.628	6,26	27,78	41.840.671
2002	15.608.902.484	0,78	25,83	13.495.827.451	-12,62	28,57	2.113.075.033
2003	18.816.320.902	20,55	25,7	13.053.369.738	-3,28	27,01	5.762.951.164
2004	24.675.714.303	31,14	25,52	15.990.157.812	22,5	25,45	8.685.556.491
2005	27.039.479.914	9,58	22,81	18.235.583.831	14,04	24,78	8.803.896.083
2006	31.044.979.748	14,81	22,53	20.202.544.640	10,79	22,12	10.842.435.108
2007	40.428.035.649	30,22	25,17	26.733.920.999	32,33	22,16	13.694.114.650
2008	46.395.287.328	14,76	23,44	36.178.697.601	35,33	20,91	10.216.589.727
2009	34.036.682.109	-26,64	22,25	29.223.554.954	-19,22	22,88	4.813.127.155
2010	43.134.813.540	26,73	21,36	39.121.373.874	33,87	21,54	4.013.439.666

Fonte: MDIC Elaboração própria

### 3.2. EUA

Os Estados Unidos, ao longo da história, possuem uma relação muito mais política do que comercial com o Brasil. Ainda assim é um dos principais destinos das exportações brasileiras e também é um dos países do qual o país mais importa.

Durante o governo FHC, os EUA possuíam uma relação muito grande com o país, até porque durante os oito anos do governo Cardoso, as políticas econômicas realizadas no país estavam diretamente relacionadas às expectativas de Washington, principalmente com a liberalização econômica. Desta maneira as exportações brasileiras aos Estados Unidos praticamente duplicaram no período de 1995 a 2002, passando de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 15,3 bilhões em 2002, o que representava cerca de 25% de todas as exportações brasileiras daquele ano. Cabe-se destacar ainda, a qualidade das

exportações brasileiras no período FHC que em linhas gerais eram compostas de 90% por bens industrializados e somente 10% por bens primários conforme pode ser observado na Tabela 5.

**Tabela 5: Exportações EUA 1995-2010**

ANO	EXPORTAÇÕES		Produtos Básicos		Produtos Industrializados	
	US\$	Var (%)	US\$	Part.	(US\$)	Part %
1995	8.682.812.161	-	874.536.633	10%	7.733.691.257	89%
1996	9.182.584.604	5,76	1.005.794.435	11%	8.010.029.491	87%
1997	9.274.987.124	1,01	1.147.854.594	12%	8.092.826.042	87%
1998	9.747.316.066	5,09	954.971.952	10%	8.763.272.732	90%
1999	10.675.124.224	9,52	1.084.141.072	10%	9.550.554.708	89%
2000	13.189.576.929	23,55	937.563.066	7%	11.984.055.814	91%
2001	14.208.572.954	7,73	828.498.245	6%	13.033.597.836	92%
2002	15.377.822.589	8,23	1.140.110.623	7%	13.831.585.852	90%
2003	16.728.079.047	8,78	1.441.512.741	9%	15.237.583.230	91%
2004	20.099.235.400	20,15	1.671.374.797	8%	18.364.166.947	91%
2005	22.539.731.875	12,14	2.082.135.698	9%	20.315.000.726	90%
2006	24.524.748.523	8,81	3.535.590.402	14%	20.867.827.124	85%
2007	25.065.048.412	2,2	4.868.835.315	19%	20.094.156.620	80%
2008	27.423.048.799	9,41	6.261.220.993	23%	21.033.010.636	77%
2009	15.601.628.031	-43,11	4.067.581.880	26%	11.410.855.403	73%
2010	19.307.295.562	23,75	5.995.445.381	31%	13.159.237.923	68%

Fonte: MDIC Elaboração própria

A partir de 2003 e até o ano de 2008, as exportações brasileiras mantêm uma trajetória de crescimento, alcançando a marca de US\$ 27,4 bilhões naquele ano, e com a crise financeira de 2008 as exportações brasileiras para o mercado norte-americano sofre um duro golpe, caindo quase que pela metade no ano seguinte, 2009, com uma leve recuperação em 2010. Contudo, o que mais chama a atenção é a mudança na natureza das exportações brasileiras no período: em 2002 apenas 7% das exportações brasileiras eram de produtos primários, percentual que passa para 31% no final de 2010, ou seja, há uma regressão na qualidade das exportações brasileiras para os EUA, isso pode ser explicado pela crise que afetou a economia norte-americana no período, e dos estímulos que o governo daquele país deu a sua economia.

**Tabela 6: Trocas Comerciais EUA - 1995-2010**

Trocas Brasil - EUA (1995 – 2010)							
Ano	Exportação			Importação			Saldo Comercial
	US\$	var(%)	Participação	US\$	var(%)	Participação	US\$
1995	8.682.812.161	-1,51	18,67	10.519.498.419	57,61	21,05	-1.836.686.258

1996	9.182.584.604	5,76	19,23	11.818.422.203	12,35	22,15	-2.635.837.599
1997	9.274.987.124	1,01	17,51	13.706.094.568	15,97	22,94	-4.431.107.444
1998	9.747.316.066	5,09	19,06	13.514.742.008	-1,4	23,4	-3.767.425.942
1999	10.675.124.224	9,52	22,23	11.741.047.942	-13,12	23,81	-1.065.923.718
2000	13.189.576.929	23,55	23,93	12.899.226.083	9,86	23,1	290.350.846
2001	14.208.572.954	7,73	24,38	12.905.492.013	0,05	23,21	1.303.080.941
2002	15.377.822.589	8,23	25,44	10.287.452.316	-20,29	21,78	5.090.370.273
2003	16.728.079.047	8,78	22,85	9.569.454.702	-6,98	19,8	7.158.624.345
2004	20.099.235.400	20,15	20,79	11.357.061.637	18,68	18,07	8.742.173.763
2005	22.539.731.875	12,14	19,02	12.666.508.176	11,53	17,21	9.873.223.699
2006	24.524.748.523	8,81	17,8	14.657.479.678	15,72	16,05	9.867.268.845
2007	25.065.048.412	2,2	15,6	18.723.280.625	27,74	15,52	6.341.767.787
2008	27.423.048.799	9,41	13,85	25.627.961.850	36,88	14,82	1.795.086.949
2009	15.601.628.031	-43,11	10,2	20.032.145.355	-21,83	15,68	-4.430.517.324
2010	19.307.295.562	23,75	9,56	27.039.270.805	34,98	14,89	-7.731.975.243

Fonte: MDIC Elaboração própria

O resultado das trocas entre os países também tem uma grande diferença dentre o período analisado. Durante o período do governo FHC em que o câmbio estava valorizado, o Brasil acumulou deficits em relação as suas trocas com os EUA. A partir da liberalização cambial em 1999 e até o ano de eclosão da Crise Financeira em 2008, o país “surfou” em sucessivos superavits, que iniciaram nos últimos anos do governo Cardoso e foram ampliados durante o governo Lula. Contudo esta situação foi revertida em 2009 com o país acumulando dois anos seguidos de deficits em relação aos EUA que totalizaram mais de US\$ 12 bilhões.

### 3.3. MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul apresentou um resultado que se distâcia consideravelmente dos demais parceiros comerciais abordados até aqui. Devido aos países membros deste bloco possuírem um grau de desenvolvimento de sua economia inferior ao Brasil o resultado das trocas entre o bloco e o Brasil deve ser analisado de uma maneira diferente.

**Tabela 7: Trocas Mercosul 1995-2010**

Trocas Brasil – MERCOSUL (1995 – 2010)							
Ano	Exportação			Importação			Saldo Comercial
	US\$	(%)	Participação	US\$	(%)	Participação	US\$
1995	6.153.768.222	-	13,23	6.843.923.909	-	13,7	-690.155.687
1996	7.305.281.948	18,71	15,3	8.301.547.326	21,3	15,56	-996.265.378
1997	9.045.110.950	23,82	17,07	9.426.133.443	13,55	15,78	-381.022.493
1998	8.878.233.843	-1,84	17,36	9.416.203.081	-0,11	16,3	-537.969.238
1999	6.778.178.415	-23,65	14,12	6.719.244.536	-28,64	13,63	58.933.879
2000	7.739.599.181	14,18	14,04	7.796.208.525	16,03	13,96	-56.609.344
2001	6.374.455.028	-17,64	10,94	7.009.674.042	-10,09	12,61	-635.219.014
2002	3.318.675.277	-47,94	5,49	5.611.720.224	-19,94	11,88	-2.293.044.947
2003	5.684.309.729	71,28	7,77	5.685.228.972	1,31	11,76	-919.243
2004	8.934.901.994	57,19	9,24	6.390.492.978	12,41	10,17	2.544.409.016
2005	11.746.011.414	31,46	9,91	7.053.699.272	10,38	9,58	4.692.312.142
2006	13.985.828.343	19,07	10,15	8.967.386.709	27,13	9,82	5.018.441.634
2007	17.353.576.477	24,08	10,8	11.624.752.344	29,63	9,64	5.728.824.133
2008	21.737.308.031	25,26	10,98	14.934.111.721	28,47	8,63	6.803.196.310
2009	15.828.946.773	-27,18	10,35	13.107.441.700	-12,23	10,26	2.721.505.073
2010	22.601.500.959	42,79	11,19	16.611.891.323	26,74	9,15	5.989.609.636

**Fonte:** MDIC Elaboração própria

Durante os anos de FHC o Brasil acumulou seguidos déficits nas trocas com o MERCOSUL, isto pode ser explicado pelo país ter adotado uma moeda forte ao passo que os demais países do bloco possuíam uma moeda desvalorizada, com a exceção da Argentina, que em 1991 dolariza sua economia, o que implicava em um aumento das importações brasileiras. No período de 1995 a 2002 tanto as exportações quanto as importações brasileiras permaneceram estáveis, e quando havia uma diferença em um dos lados das trocas (exportação ou importação) esta mudança era acompanhada pela outra. Outro fator que cabe destaque é a qualidade das exportações: devido ao seu grau de desenvolvimento e diversificação de sua economia, as exportações brasileiras para o bloco foram predominantemente de produtos industrializados, de maior valor agregado, em uma proporção superior a 9 para 1, ou seja, as exportações brasileiras são de mais de 90% de bens industrializados.

**Tabela 8 - Exportações Mercosul 1995-2010**

Composição Exportações Brasil – MERCOSUL (1995-2010)						
ANO	EXPORTAÇÕES		Produtos Básicos		Produtos Industrializados	
	US\$	Var (%)	US\$	Part.	US\$	Part %
1995	6.153.768.222	-	409.845.653	7%	5.724.601.637	93%
1996	7.305.281.948	18,71	508.431.479	7%	6.774.483.765	93%
1997	9.045.110.950	23,82	551.232.998	6%	8.468.112.492	94%
1998	8.878.233.843	-1,84	584.046.503	7%	8.274.021.579	93%
1999	6.778.178.415	-23,65	435.256.785	6%	6.312.125.088	93%

2000	7.739.599.181	14,18	453.047.718	6%	7.264.577.740	94%
2001	6.374.455.028	-17,64	439.159.515	7%	5.915.651.653	93%
2002	3.318.675.277	-47,94	278.534.799	8%	3.024.621.911	91%
2003	5.684.309.729	71,28	387.817.027	7%	5.274.628.978	93%
2004	8.934.901.994	57,19	438.587.650	5%	8.467.111.652	95%
2005	11.746.011.414	31,46	550.697.036	5%	11.156.317.982	95%
2006	13.985.828.343	19,07	652.919.342	5%	13.288.495.813	95%
2007	17.353.576.477	24,08	710.431.762	4%	16.611.626.534	96%
2008	21.737.308.031	25,26	1.074.418.583	5%	20.643.426.139	95%
2009	15.828.946.773	-27,18	616.909.222	4%	15.183.539.115	96%
2010	22.601.500.959	42,79	1.440.167.378	6%	21.122.624.906	93%

Fonte: MDIC Elaboração própria

A partir de 2003 o governo Lula intensifica as relações comerciais com os países parceiros do bloco: as importações mais que triplicam passando de US\$ 5,6 bilhões em 2003 para US\$ 16,6 bilhões em 2010 ao passo que as exportações passam de US\$ 5,6 bilhões em 2003 para US\$ 22,6 bilhões em 2010. Este crescimento das exportações também pode ser explicado pela adesão de novos países associados ao bloco como Peru (2003), Colômbia (2004) e o Equador (2004).

Outro ponto a se destacar nas relações comerciais com o MERCOSUL é que como mais de 90% das exportações para o bloco são de produtos industrializados, o Bloco é responsável por equilibrar as exportações brasileiras entre produtos primários e industrializados. Na próxima sessão será abordado o comércio brasileiro com a China, e como poderá ser observado, as exportações brasileiras para o gigante asiático são predominantemente de produtos básicos de baixo valor agregado.

### 3.4. China

A China mudou drasticamente sua relação comercial com o Brasil. Durante o governo de Fernando Henrique a China tinha pouca participação nas exportações e nas importações brasileiras, representando apenas cerca de 2% das transações comerciais estrangeiras do Brasil.

**Tabela 9: Trocas China 1995-2010**

Trocas Brasil - China (1995 – 2010)							
Ano	Exportação			Importação			Saldo Comercial
	US\$	var(%)	Part.	US\$	var(%)	Part.	US\$
1995	1.203.750.528	-	2,59	1.041.728.048	-	2,08	162.022.480
1996	1.113.828.697	-7,47	2,33	1.132.883.363	8,75	2,12	-19.054.666

1997	1.088.213.686	-2,3	2,05	1.166.420.980	2,96	1,95	-78.207.294
1998	904.879.640	-16,85	1,77	1.033.806.095	-11,37	1,79	-128.926.455
1999	676.142.137	-25,28	1,41	865.219.126	-16,31	1,75	-189.076.989
2000	1.085.301.597	60,51	1,97	1.222.098.317	41,25	2,19	-136.796.720
2001	1.902.122.203	75,26	3,26	1.328.389.311	8,7	2,39	573.732.892
2002	2.520.978.671	32,54	4,17	1.553.993.640	16,98	3,29	966.985.031
2003	4.533.363.162	79,83	6,19	2.147.801.000	38,21	4,44	2.385.562.162
2004	5.441.405.712	20,03	5,63	3.710.477.153	72,76	5,91	1.730.928.559
2005	6.834.996.980	25,61	5,77	5.354.519.361	44,31	7,28	1.480.477.619
2006	8.402.368.827	22,93	6,1	7.990.448.434	49,23	8,75	411.920.393
2007	10.748.813.792	27,93	6,69	12.621.273.347	57,95	10,46	-1.872.459.555
2008	16.522.652.160	53,72	8,35	20.044.460.592	58,81	11,59	-3.521.808.432
2009	21.003.886.286	27,12	13,73	15.911.133.748	-20,62	12,46	5.092.752.538
2010	30.785.906.442	46,57	15,25	25.593.139.490	60,85	14,09	5.192.766.952

Fonte: MDIC Elaboração própria

A partir de 2003, com o governo Lula, o país tornou-se um dos principais parceiros comerciais brasileiros, sendo o destino de 15% das exportações brasileiras em 2010, passando de US\$2,5 bilhões em 2002, para US\$ 30,7 bilhões em 2010. No período do governo Lula, a China expandiu suas compras no país anualmente, ao passo que as importações brasileiras provenientes do país asiático também aumentaram, passando de US\$ 1,5 bilhões em 2002 para US\$ 25,5 bilhões em 2010. No geral o Brasil teve resultados superavitários nas trocas com a China, somente nos anos de 2007 e 2008 o resultado foi deficitário. Outro ponto a se destacar nas relações comerciais como o país asiático é a de que cerca de 80% das exportações brasileiras para lá são de produtos primários, de menor valor agregado. Assim, o Brasil obteve um crescimento nas exportações no período graças aos elevados preços das commodities observados ao longo da década de 2000.

**Tabela 10: Exportações China 1995-2010**

Composição Exportações Brasil - China (1995 – 2010)						
ANO	EXPORTAÇÕES		Produtos Básicos		Produtos Industrializados	
	US\$	Var (%)	US\$	Part.	(US\$)	Part %
1995	1.203.750.528	-	191.379.625	16%	1.012.201.469	84%
1996	1.113.828.697	-7,47	402.603.867	36%	710.989.018	64%
1997	1.088.213.686	-2,3	566.977.265	52%	520.772.893	48%
1998	904.879.640	-16,85	628.299.976	69%	276.217.835	31%
1999	676.142.137	-25,28	423.330.844	63%	252.476.770	37%
2000	1.085.301.597	60,51	739.772.864	68%	344.520.213	32%
2001	1.902.122.203	75,26	1.154.984.154	61%	738.364.079	39%
2002	2.520.978.671	32,54	1.550.628.243	62%	962.556.192	38%
2003	4.533.363.162	79,83	2.266.346.265	50%	2.254.380.558	50%
2004	5.441.405.712	20,03	3.231.762.245	59%	2.200.270.084	40%
2005	6.834.996.980	25,61	4.673.891.426	68%	2.145.326.093	31%
2006	8.402.368.827	22,93	6.213.222.707	74%	2.154.811.501	26%



2007	10.748.813.792	27,93	7.927.295.420	74%	2.804.042.274	26%
2008	16.522.652.160	53,72	12.830.029.631	78%	3.681.089.948	22%
2009	21.003.886.286	27,12	16.310.729.663	78%	4.684.253.284	22%
2010	30.785.906.442	46,57	25.755.497.382	84%	5.016.760.785	16%

**Fonte:** MDIC Elaboração própria

Apesar de ser um parceiro comercial relativamente novo, a China apresentou durante o governo Lula a vocação de comprador de produtos primários brasileiros em uma proporção muito superior aos produtos industrializados. Além disso, cabe destacar que, dos quatro principais parceiros brasileiros, a China foi o único que manteve uma trajetória de crescimento no volume de compras de produtos brasileiros mesmo em 2009 quando houve uma redução nas exportações totais brasileiras.

## 4. Conclusão

O objetivo deste trabalho foi identificar as mudanças do comportamento do comércio exterior brasileiro a partir das reformas econômicas promovidas desde o início da década de 1990 e, em especial, a partir do Plano Real até o ano de 2010, último ano do mandato do Governo Lula.

Foram pesquisadas as medidas que tomadas na economia brasileira durante as reformas neoliberais empreendidas no início da década de 90 e destacadas as principais e que mais impactaram no processo de inserção da economia brasileira na nova ordem mundial, ou seja, a liberalização do comércio, a abertura financeira, as privatizações, a taxa de câmbio unificada e a taxa de juros determinada pelo mercado. O Plano Real que consolidou estas medidas foi baseado em três pilares: na âncora cambial, que mantinha o câmbio elevado e estabilizado, na abertura comercial que permitia a entrada de produtos estrangeiros para estimular a concorrência e na abertura financeira, que buscava atrair recursos estrangeiros para auxiliar no equilíbrio das contas nacionais.

Buscou-se destacar ainda as medidas tomadas pelos governos FHC e Lula no que diz respeito à formação de parceiros comerciais, promoção das exportações e diversificação da pauta de exportação nacional. Após a coleta de dados pode-se observar então o aumento expressivo da participação da China como destino das exportações brasileiras, que embora tivessem sido maciçamente de produtos primários e de baixo valor agregado, eram compensadas por exportações de bens industrializados para o Mercosul, onde o Brasil é mais desenvolvido frente a seus parceiros do bloco.

Cabe ainda um destaque para o ano de 2009, onde o país registrou uma queda acentuada tanto nas exportações quanto nas importações, fato este que pode ser explicado pela crise financeira de 2008, que se iniciou no lado financeiro da economia, e somente veio a afetar o lado produtivo em 2009. Infere-se que o Brasil, por ter diversificado seus parceiros comerciais, conseguiu minimizar os impactos da crise recuperando já em 2010 o nível das suas exportações.

## Referencias

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. **O BNDES e o apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: algumas Reflexões**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 24, p. 43-76, dez. 2005.

AMORIN, Celso. N. L. **Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos**. Rio de Janeiro: OPSA/Iuperj, 2005. Disponível em: [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/5\\_analises\\_Artigo%20Celso%20Amorin.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/5_analises_Artigo%20Celso%20Amorin.pdf)>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

AVERBUG, André. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90**. 2002, Disponível em: [http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90\\_02.pdf](http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf). Acesso em: 10 de novembro de 2015.

AYERBE, Luis Fernando (2002). **Estados Unidos e América Latina - A Construção da Hegemonia**. UNESP – São Paulo.

BARBOSA PEREIRA, Laércio. **Considerações sobre a crise do Estado do Brasil: crítica ao “Consenso de Washington”**. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/918/1199>>. Acesso em 10 de novembro de 2015.

BATISTA, Paulo N. (1994). **O Consenso de Washington - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Disponível em <[http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf](http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf)> Acesso em 15 de outubro de 2015.

DE PAULA FERNANDES MATEUS, Rafael. **O Consenso de Washington e as propostas do Banco Mundial para a reforma do Estado em perspectiva política (1989 – 1997)**. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428334352\\_ARQUIVO\\_Textooriginal2.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428334352_ARQUIVO_Textooriginal2.pdf)>. Acesso em 16 de novembro de 2015.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real: Fundamentos Impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. 231 p.

FIORI, José L. (1992). **Para repensar o papel do estado sem ser um neoliberal**. Revista de Economia Política, São Paulo, v.12, n.1, jan./mar.

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA (IPEA). IPEADATA: **Banco de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada**. Macroeconômico. 2015. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?192810671>>. Acesso em: nov. 2015.

KUME, Honório; CORSUIL, Carlos (2003). **A Abertura Comercial Brasileira nos Anos 1990 : impactos sobre emprego e salário**. Rio de Janeiro : IPEA; Brasília : TEM

LACERDA, Antonio Correa; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, Jose Marcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva. 2000.

MALAN, Pedro (1991). Uma Crítica ao Consenso de Washington. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/43-1.pdf>>. Acesso em 14 de novembro de 2015

MARION, José Carlos [et al] **Monografia para os cursos de Administração, Contabilidade, e Economia**, São Paulo: Atlas, 2002. 135p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMERCIO EXTERIOR. MDIC: **Banco de Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sitorio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: nov. 2015.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

WEBER, M. **Economia e Sociedade** vol. 1. 4ª ed. Brasília, UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WILLIAMSON, John. **Reformas Políticas na América Latina na década de 80**. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/45-3.pdf>>. Acesso em 14 de novembro de 2015.